

Conjuntura No curto prazo, PIB vai crescer menos, mas investimento e balança comercial podem sofrer depois

Economistas divergem sobre efeitos de médio e longo prazo da crise

João Villaverde

De Brasília

O governo dispõe de instrumentos para contrabalançar os efeitos de curto prazo do recrudescimento da crise internacional sobre a economia brasileira, entre eles o menor crescimento. Seis economistas consultados pelo **Valor** apresentam preocupações distintas sobre os riscos associados ao médio e longo prazo, mas a lista embute perda de valor das commodities (e sua consequência sobre a balança comercial), redução nas intenções de investimentos e corte prematuro da taxa de juros. O temor de alguns é que o governo adote medidas de combate à crise e não as reveja no momento adequado, quando a poeira externa baixar.

“Mesmo relativamente fechado ao mundo, em comparação com a maior parte dos países ricos e entre os emergentes, o Brasil cresce mais quando o mundo rico está bem”, afirma José Alexandre Scheinkman, doutor em economia pela Universidade de Rochester e professor na Universidade de Princeton, ambas nos EUA. Para ele, o biênio 2009 e 2010 é um “desenho perfeito” disso. Em 2009, com a recessão dos EUA, União Europeia e Japão, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro

caiu 0,6%. No ano seguinte, com o início do que parecia ser uma recuperação global, o PIB brasileiro deslanchou, com alta de 7,5%.

“Não podemos olhar a crise e cometer o erro de achar que é fechado que se cresce”, afirma Scheinkman. “Seria um desastre achar que o crescimento pode ser sustentado apenas pelo mercado doméstico”, diz. Para ele, o principal canal de intercâmbio do país com o resto do mundo — a exportação de commodities — deve ter prioridade, e não preocupa. “A China está mudando seu crescimento, focando mais o mercado doméstico, e com isso consumirá ainda mais commodities nossas”, prevê.

Já para Júlio Sérgio Gomes de Almeida, professor da Unicamp e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, é a “dependência” das commodities o principal alerta dado pelo acirramento global. Em apenas 27 dias, entre 13 de julho e 9 de agosto, o índice de preços das principais commodities, o CRB, negociado na Bolsa de Valores de Chicago, caiu 9,5%, atingindo o menor valor desde dezembro de 2010.

Com crescimento “pífio” nos Estados Unidos e um mercado interno em formação na China, o PIB chinês deve registrar taxas menores de elevação. “Com uma demanda global um pouco menor e me-

nos liquidez, as commodities podem oscilar em torno de preços menores, o que reduzirá nosso saldo comercial, quase todo dependente de produtos básicos”, diz.

Outro efeito produzido pela queda verificada nas últimas semanas nos preços das commodities é o enfraquecimento da inflação. Sinal festejado pela equipe econômica do governo, o barateamento das commodities não deve prejudicar o produtor brasileiro porque o fenômeno tem sido acompanhado por leve desvalorização cambial, que compensa, em parte, a remuneração oriunda das exportações.

“Essa desaceleração da economia e das commodities era tudo o que o governo queria fazer e não estava conseguindo”, avalia Luís Eduardo Assis, professor da Fundação Getúlio Vargas em São Paulo (FGV-SP) e ex-diretor de política monetária do Banco Central (BC). Para Assis não há “nenhuma necessidade” de um corte preventivo na taxa de juros básica, atualmente em 12,5% ao ano. “O cenário mudou muito rápido, e, tal como mudou rápido para um lado, pode mudar na mesma velocidade para outro”, afirma Assis, para quem a economia brasileira está “praticamente blindada” de um contágio externo. “A não ser que o governo fi-

que tentado a usar a crise para descontinuar o aperto fiscal que vêm promovendo”, diz.

Mas é justamente o aperto fiscal que o governo Dilma Rousseff pratica em 2011 — e que a presidente se comprometeu publicamente a manter em 2012 — que pode influenciar em uma “internalização” da crise no médio prazo, de acordo com Armando Castelar, matemático pela UFRJ e economista pela Universidade de Berkeley (EUA). Para Castelar, que foi chefe do Departamento Econômico do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o governo sustenta o aperto fiscal reduzindo os investimentos.

“Haverá menos disposição para investimentos em vários agentes. O investidor externo vai pensar

duas vezes antes de se arriscar nos emergentes. No Brasil, como o crescimento será menor, também haverá menos investimentos por parte da iniciativa privada. Ao mesmo tempo, o governo deve combater a crise, como defende Dilma, via aperto na política fiscal. E aperto fiscal só ocorre nos investimentos públicos, que é onde dá para cortar”, avalia Castelar.

Para David Beker, chefe de economia e estratégia para Brasil do Merrill Lynch, a forte elevação, já contratada, no salário mínimo de 2012 servirá como “colchão” de um contágio externo, que, no entanto, já ocorreu. Beker reduziu na semana passada sua estimativa para o avanço do PIB brasileiro para 2011, de 4,1% previstos até o fim de julho,

para 3,6%. “Se o governo precisar fazer algo, o correto seria agir na política monetária”, diz, “uma vez que os gastos já contratados para 2012 constituem um ponto muito ruim para o médio prazo”. Beker, no entanto, estima que o BC só reduzirá os juros na segunda metade de 2012.

Para Antônio Corrêa de Lacerda, professor-doutor da PUC-SP, o BC deveria “aprender com seu erro de 2008” e começar a reduzir os juros já neste mês. “A crise mundial explodiu em setembro de 2008, mas o BC só começou a reduzir os juros em janeiro de 2009, erro cuja repetição deveria ser inaceitável”, diz Lacerda, para quem a crise liga o sinal de alerta para o déficit nas transações correntes do país, em torno de 2,2% do PIB.



LEO PINHEIRO/VALOR

Para o economista Jose Alexandre Scheinkman, governo não pode escolher “fechar” a economia diante da crise